



**O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO EM DEBATE: A PARTICIPAÇÃO DOS
DEPUTADOS UDENISTAS NA FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA
DURANTE O GOVERNO JK (1956-1961)**

**NATIONALISM AND DEVELOPMENTALISM IN PERSPECTIVE: UDN
CONGRESSMEN' PARTICIPATION IN THE NATIONALIST PARLIAMENTARY
COALITION DURING JUSCELINO KUBITSCHER'S GOVERNMENT**

Guilherme Leite Ribeiro*
José Teles Mendes

Resumo: Este trabalho analisa a atuação de parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) vinculados à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) – organização central no debate acerca dos rumos do desenvolvimento econômico do país – no Governo JK (1956-1961). Por meio da análise de documentos produzidos por Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e projetos de lei, investigamos como os deputados udenistas membros da FPN atuavam frente a projetos de cunho nacional-desenvolvimentista, enfatizando suas aderências e dissensões. Nossas hipóteses são de que, (1) a despeito de alguns udenistas seguirem a cartilha da FPN, a maioria se manteve disciplinada ao seu partido nas votações; (2) a aderência dos udenistas à FPN se mostrava mais forte através de projetos de lei e CPIs criados por esses deputados, em grande parte referentes à temática nacionalista.

Palavras-chave: Frente Parlamentar Nacionalista; União Democrática Nacional; Juscelino Kubitschek.

Abstract: This paper analyzes Democratic National Union Party (UDN) congressmen's performance in the Nationalist Parliamentary Front (FPN) during Juscelino Kubitschek's government (1956-1961). We investigate how UDN representatives who also took part in FPN used to act towards nationalist industrialization projects through analysis of documents, such as parliamentary commissions (CPIs) discussions and law making projects. In this research, we try to identify and classify their adherences and dissensions. We argue that, despite some UDN congressmen tend to follow FPN's principles, their majority keeps itself loyal to UDN's demands regarding votations. In addition, we intend to show how UDN congressmen adherence

* Guilherme Leite Ribeiro é Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (guiribeiro_12@hotmail.com). José Teles Mendes é Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Graduado em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (teles.joseh@gmail.com).

to FPN used to be stronger through law making and parliamentary commissions creation.

Keywords: Brazilian Nationalist Parliamentary Front; Brazilian National Democratic Union Party; Juscelino Kubitschek.

Introdução

Pouco estudada pela História e pela Ciência Política, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) é um dos órgãos políticos mais importantes no contexto da discussão do nacional-desenvolvimentismo característico da década de 1950. Agregando parlamentares das mais diferentes matizes ideológicas, esse bloco suprapartidário apresentou um discurso coeso no que tange ao que considerava a melhor forma de trazer o desenvolvimento ao Brasil: através de práticas nacionalistas.

Grupo suprapartidário, heterogêneo em sua composição, majoritariamente composto por elementos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi formado também por importantes membros da União Democrática Nacional (UDN), partido de franca oposição ao governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Sendo um ator político central nesse debate, a FPN, criada em 1956, contou com cerca de doze deputados da UDN até o final daquele governo. Pelo fato de duas legislaturas terem atravessado o mandato de JK (1955-1958 e 1959-1962), o número de participantes da UDN na FPN variou durante o período.

Por falta de um termo mais adequado, caracterizaremos esses deputados como **nacionalistas-udenistas**. A expressão também poderia ser usada com as palavras trocadas (udenistas-nacionalistas), mas pelo fato de nem todos os parlamentares da UDN que eram nacionalistas serem integrantes daquele bloco suprapartidário, preferimos manter o termo nacionalistas-udenistas, indicando que **dentro** da FPN havia parlamentares eleitos pela legenda da UDN.

O número que informamos acima de deputados udenistas que faziam parte da FPN – doze – não é, de forma alguma, exato. Pelo fato de as frentes parlamentares à época serem informais, não estando previstas na Constituição de 1946 nem no regimento interno das casas congressuais, não há como se ter certeza do número de parlamentares que fizeram parte desse bloco. Fizemos um cruzamento entre várias fontes, como o jornal “O Semanário”, órgão nacionalista ligado à FPN; o “Dicionário Histórico-Biográfico”, ligado ao CPDOC-FGV; e o livro de Osny Duarte Pereira (1960), “Estudos nacionalistas”, para chegar ao número final.

Do conjunto de deputados que vamos analisar (Apêndice I), decidimos retirar da lista final os seguintes parlamentares: Dix-Huit Rosado (UDN/MT), uma vez que tendo pertencido a três partidos diferentes naquele período, não fazia parte, portanto, do grupo orgânico da UDN; e Odilon Braga (UDN/MG), reconhecido defensor do nacionalismo, mas que não aparece em nenhuma das listas consultadas sobre os integrantes da Frente que pesquisamos, não parecendo

ter feito parte da mesma.

A justificativa para este trabalho se pauta em dois aspectos: (1) reconhecimento da necessidade de enxergar a FPN como um órgão fundamental para se pensar o nacional-desenvolvimentismo da época e; (2) entender o forte aspecto ideológico presente nos nacionalistas-udenistas, que mesmo filiados a um partido de oposição, juntaram-se a parlamentares de outros partidos apoiadores do governo por uma causa maior que os unia.

É importante também frisarmos que a escolha da UDN foi feita pelos seguintes motivos: (1) capilaridade eleitoral, uma vez que era o segundo maior partido à época; (2) ser um partido de oposição ao governo JK em uma Frente com a maioria sendo apoiadora do governo em questão e (3) ser um partido que reconhecia e defendia a importância do capital estrangeiro, ideia diametralmente oposta às principais teses do bloco suprapartidário.

A presença de udenistas na Frente, por si só, já poderia representar uma contradição, uma vez que o partido assumia posições antagônicas à defesa de temas nacionalistas levados a cabo pela FPN. Por isso mesmo, situar o debate que estava em voga no Brasil, naquele momento, é essencial para entender o quanto alguns deputados colocaram suas questões ideológicas acima das partidárias.

Este trabalho está dividido em três partes: na primeira, um estudo teórico a respeito do nacional-desenvolvimentismo é realizado, remontando às origens da FPN e tentando entender as principais ideias nacionalistas em voga no período. Em seguida, na segunda parte, trataremos, do ponto de vista histórico, das relações imbricadas no trinômio FPN-UDN-JK, apontando o que de mais importante já foi trabalhado sobre os dois órgãos e seu enlace com o governo JK. Por fim, na terceira parte, analisaremos o comportamento dos doze deputados nacionalistas-udenistas, através da análise de 38 votações nominais, além das leis e CPIs produzidas por esses parlamentares, assim como sua participação em postos de comando na UDN e suas atuações em outros órgãos e movimentos nacionalistas.

O nacionalismo da década de 1950: alguns apontamentos

O nacionalismo é a mais recente dessas campanhas que se coloca acima dos partidos, abrangendo a todos e que empolga não apenas o povo brasileiro, porém, todas as nações subdesenvolvidas do mundo. (PEREIRA, 1960, p. 13)

Para entender a Frente Parlamentar Nacionalista e suas proposições acerca da melhor forma de desenvolvimento do Brasil, faz-se mister analisar algumas das principais questões que circundavam o movimento nacionalista no Brasil nos anos 1950, que, como visto na passagem acima escrita pelo jornalista Osny Duarte Pereira, contagiava uma série de atores políticos.

No debate acerca de qual seria a melhor forma de desenvolvimento para o Brasil – tema caro para o governo JK, que pretendia fazer o país crescer “50 anos em 5” –, teses nacionalistas ganharam destaque através de intelectuais, organizações civis, estudantes e até mesmo entre os

empresários (DELGADO, 2007). Isso mostra que não podemos tomar o movimento nacionalista como algo uno. Como bem salienta Moreira (1998), devemos reconhecer a diversidade do nacionalismo no Brasil. Portanto, quando falarmos em um “movimento” ou “projeto” nacionalista, estamos nos referindo a um tipo específico, congregado em um ator do Congresso, mas que não representa a totalidade do que era defendido pelos nacionalistas à época.

Segundo Ivo (2012) e Bresser-Pereira (2006), o projeto nacional-desenvolvimentista se baseava no estruturalismo cepalino¹ e no pensamento econômico clássico de David Ricardo e Karl Marx, e tinha como fim a modernização das estruturas produtivas nacionais a partir da urbanização e da industrialização. O desenvolvimento proposto era baseado no processo de substituição de importações, além da ampla atuação do Estado, tanto como coordenador, financiador e investidor, quanto diretamente na produção por meio da criação de empresas estatais.

O próprio governo JK se insere diretamente nesse forte debate presente na década de 1950. Com o projeto modernizante que prometia fazer o Brasil crescer “50 anos em 5”, o então presidente suscitou inúmeras discussões sobre de que maneira esse crescimento seria feito. Variadas organizações da sociedade civil emergiram com força nesse período, como foi o caso do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), fundado em 1955 e subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, tornando-se importante referência para as propostas que seriam defendidas pela FPN. Seus projetos abrangiam uma série de questões, como as que versavam sobre os limites de remessa de lucros ao exterior, defesa do petróleo e minérios, luta contra os monopólios, nacionalização de depósitos bancários, reforma agrária, entre outras (BARROS, 1984).

É interessante ver, a partir da tipologia criada por Moreira, o quanto a FPN era heterogênea não apenas em sua composição, mas no aspecto ideológico, não sendo um bloco monolítico. Moreira (1998) fala em dois tipos de nacionalismo: (1) o liberal, defendido pelo ISEB, que objetivava o desenvolvimento com bases capitalistas e; (2) o das esquerdas – trabalhistas e comunistas –, que defendiam o nacionalismo econômico.

Quanto ao aspecto liberal do nacionalismo, sua proposta foi defendida, entre outros, pelos deputados da UDN; no caso do nacionalismo econômico, vemos grande parte dos deputados do PTB e ex-comunistas que faziam parte da FPN – abrigados em outras legendas, uma vez que o Partido Comunista do Brasil (PCB) era ilegal. O elemento que unia os dois grupos era a defesa de uma economia diversificada e menos vulnerável a choques externos que desse autonomia ao Brasil frente a outros interesses por meio de um papel protagonista do Estado. Assim, apesar das diferenças, na segunda metade dos anos 1950, “reformismo,

¹ O estruturalismo cepalino consiste na ênfase dada pela teoria econômica da CEPAL e, especialmente, pela contribuição de Prebisch, às estruturas socioeconômicas, em detrimento aos agentes sociais, na análise do subdesenvolvimento das economias latino-americanas. Segundo Colistete (2001), essa ênfase estruturalista característica da CEPAL influenciaria o pensamento econômico brasileiro até os dias atuais.

modernização desenvolvimentista e nacionalismo eram notas de uma mesma sinfonia” (DELGADO, 2007, p. 363).

Dentre algumas das questões mais caras ao movimento nacionalista, estava a questão energética. Assim como em outros campos, esse era mais um dos que se pleiteava a autonomia nacional frente à interferência estrangeira. Pereira (1960), em seu livro clássico sobre o nacionalismo, criticou a política energética do governo JK – foco do nosso estudo –, que, através do subsídio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), teria entregado o controle da energia para duas empresas estrangeiras, *Light e Bond & Share*, fazendo com que os lucros não fossem remetidos ao Brasil. Em seguida, o autor faz menção à Europa e a outros países da América Latina, sinalizando que quase todos eles instituíram o monopólio estatal da eletricidade. Isso mostra que, caso o Brasil tomasse a mesma atitude, não seria nada revolucionário, preocupação que importantes membros do movimento nacionalista – principalmente os udenistas presentes na FPN – tinham, rechaçando qualquer aspecto socializante de suas propostas.

Essa preocupação de afastar qualquer tendência mais revolucionária perpassa toda a história da FPN – de 1956 a 1964. Moreira (1998) lembra que a associação que se fazia entre nacionalismo e comunismo era denunciada por deputados da FPN como uma forma de enfraquecer o movimento. Para os nacionalistas-udenistas, essa preocupação se tornava ainda maior; a mesma autora lembra a insistência com que alguns destes deputados expressavam a equidistância da FPN com o comunismo, citando os nomes de Gabriel Passos (UDN/MG) e Seixas Dória (UDN/SE) (1998).

Quanto ao aspecto que sobressaltava em meados dos anos 1950, Bielchowsky (2000) aponta que o chamado ciclo ideológico do desenvolvimentismo teria sobrevivido de 1930 a 1964, o que nos faz pensar a necessidade de estudar os atores que possuíam e produziam ideias sobre tal modelo, sendo a FPN paradigmática nesse ponto. Isto pode ser dito, pois, no período aqui trabalhado, o projeto nacional-desenvolvimentista influenciou largamente o debate parlamentar, criando um diálogo efetivo com a prática política. O que veremos, portanto, é justamente um dos aspectos do nacional-desenvolvimentismo como práxis, focando na atuação dos parlamentares da UDN integrantes da Frente Parlamentar aqui estudada.

A Frente Parlamentar Nacionalista, a UDN e o governo JK

Criada em 1956 no bojo da discussão sobre o desenvolvimentismo, a Frente Parlamentar Nacionalista congregou políticos das mais diferentes legendas em prol de uma identidade em comum. Para Barros (1984), esse bloco surgiu a partir da descaracterização do sistema partidário, que primava pelo pragmatismo. Opinião similar apresenta Delgado, para quem a falta de uma ideologia clara dos partidos fez com que políticos se unissem a outros de maneira “difusa e individual”, manifestando-se de forma coletiva nas frentes partidárias (1995).

A partir das leituras dos autores supracitados, podemos inferir que alguns parlamentares decidiram integrar a FPN a partir das deficiências ideológicas contidas em seus partidos. Apesar de heterogêneo, esse grupo nacionalista permitiu que políticos lutassem por uma causa programática, independentemente de partido político.

Para melhor compreensão do nosso objeto de estudo, faz-se mister entender alguns aspectos do surgimento da FPN, embora não seja nosso objetivo nos debruçar sobre tal. A partir de 1952, intelectuais se reuniram para pensar propostas para o Brasil, a partir de um ângulo nacionalista, que, por se reunirem no Parque de Itatiaia, ficaram conhecidos como Grupo de Itatiaia; logo em seguida, surgiu, por iniciativa desses intelectuais, uma entidade privada chamada Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que chegou a publicar uma revista, “Cadernos de Nosso Tempo”, até 1956 (BARIANI, 2005).

É interessante ver que os integrantes do IBESP, apesar de terem posições assumidamente nacionalistas, não desprezavam a importância do capital e técnica estrangeiros (ABREU, 2007). Essa entidade, portanto, que mudaria seu nome para ISEB durante o governo Café Filho, fazia parte do grupo nacionalista mais liberal que, não só não refutava, como considerava importante a entrada de capital estrangeiro.

Abreu (2007) afirma que o IBESP chegou a planejar um programa de desenvolvimento para o governo JK, o qual foi preterido. A autora acredita que isso tenha ocorrido pelo fato de os integrantes do grupo não serem experientes no campo econômico, além de não possuírem uma visão de desenvolvimento associada ao capitalismo mundial, da forma pretendida pelo núcleo do governo JK.

Quando transformado em ISEB, em 1955, percebemos que o grupo ganhou outro status, incorporando mais intelectuais e se tornando “um curso permanente de altos estudos econômico-sociais” (ABREU, 2007, p. 416). Além disso, sua influência no governo JK foi enorme, transformando-se em um dos principais centros de estudo nacional-desenvolvimentista, além de ser um importante órgão de “assessoria, apoio e sustentação à política econômica desenvolvimentista” (BENEVIDES, 1976, p. 241), tendo, ademais, uma “alta receptividade” entre a maior parte dos nacionalistas brasileiros (BRASIL, 2010, p. 100).

Concomitantemente a esse processo, em 1954, surgiria a Liga da Emancipação Nacional (LEN), formada basicamente por comunistas e que, justamente por isso, foi fechada no início do governo JK. Seu objetivo expresso era o de “coordenar todas as forças sociais e políticas que se contrapunham ao imperialismo” (DELGADO, 2007, p. 366). Apesar de sua curta duração, a Liga chegou a editar o jornal “Emancipação” e provocou discussões importantes no seio do movimento nacionalista, fazendo com que boa parte de suas propostas acabassem incorporadas tanto no ISEB quanto, futuramente, na FPN. Pereira (1960) afirma, de maneira exagerada, que o surgimento da FPN foi uma resposta dada por 180 deputados ao fechamento da LEN. Em nenhuma fonte pesquisada verificou-se tão grande número de signatários do bloco, o que não

invalida a tese de a LEN ter sido uma importante fonte de temáticas que seriam abraçadas pela FPN.

Cerca de dois meses antes de ser lançada a FPN, em abril de 1956, entrou em circulação o jornal “O Semanário”, a ela vinculado. Foi mais uma instituição porta-voz do movimento nacionalista, que procurou se pautar na luta contra o que considerava “entreguismo”, quase sempre se referindo aos grandes trustes internacionais (BRASIL, 2010).

Todo esse rápido apanhado que fizemos de alguns grupos e instituições do movimento nacionalista (Grupo de Itatiaia, IBESP, ISEB, LEN, “O Semanário”), serve para mostrar que a FPN não nasceu ao acaso. Seu surgimento se relaciona com um contexto de difusão do nacionalismo em diferentes esferas da sociedade civil. Por isso mesmo, citar movimentos que a precederam e a influenciaram traz consigo a ideia de que já havia em discussão todo um arcabouço de propostas, tanto de intelectuais quanto de políticos, acerca do nacionalismo.

O primeiro manifesto lançado pela FPN nos ajuda a entender o que esse bloco queria. No dia 6 de junho de 1956, Abguar Bastos (PTB-SP) leu o documento, assinado por 55 deputados e dividido em 13 pontos. Dentre estes, pedidos de revisão de tratados, defesa das reservas minerais brasileiras, desenvolvimento da indústria do cinema, controle da remessa de lucros, entre outros². Pouco mais de cinco meses depois, uma declaração de princípios foi lida por Oswaldo Lima Filho (PTB-PE), falando em nome de 67 deputados, com dez pontos, em que se apregoava o intervencionismo estatal, defesa de indústrias de base, nacionalização das agências de publicidade, reforma do sistema bancário, para citar alguns dos pontos³.

Como se pode ver, quase tudo o que era defendido nos dois documentos lidos em plenário diziam respeito à política federal. Por isso mesmo, é interessante pensar em algumas das características do governo em vigor na época, sobretudo pelo fato de JK ter sido eleito com “decidido apoio de setores nacionalistas”, apesar de, paradoxalmente, ter sido um governo cujas “portas para o capital estrangeiro se escancararam com a maior nitidez e acuidade” (BRASIL, 2010, p. 35-36).

Em primeiro lugar, é importante lembrar que foi no governo de JK que a aliança PSD-PTB se mostrou mais forte. Isso é importante, pois os dois partidos tinham grande força dentro da FPN, o que mostra que tal bloco, em muitas ocasiões, desempenhou o papel de situacionista. Para Benevides (1976), essa aliança se explicaria pela conveniência do PTB aliada aos cálculos políticos do PSD.

A UDN, partido de oposição a JK, mostrou-se avessa ao governo durante todo o mandato, concentrando seus ataques nos ministros da Fazenda, especialmente por causa dos gastos com o Programa de Metas e a criação de Brasília (BENEVIDES, 1981). Mesmo assim, apoiada pelos pequenos partidos Democrata Cristão (PDC) e Libertador (PL), seu papel

² Diário do Congresso Nacional, 06/06/1956.

³ Diário do Congresso Nacional, 14/11/1956.

oposicionista foi fraco perante a força do PSD e do PTB (BENEVIDES, 1976). Dulci (1986) lembra que, juntos, os três partidos não tinham 1/3 de representantes nas duas casas. Isso torna o papel dos nacionalistas-udenistas ainda mais interessante, uma vez que estavam integrados a um partido de oposição em uma frente que possuía a maioria de seus membros apoiando o governo, principalmente em questões como defesa dos estaleiros nacionais e a própria interiorização da capital (BARROS, 1984). De qualquer forma, era um grupo que fazia barulho dentro da FPN, uma vez que representava 28,6% de todo o bloco (BENEVIDES, 1976). Brasil (2010) lembra que havia um grupo nacionalista muito forte na UDN, que no final do governo JK formaria o que ficou conhecido como “Bossa-Nova”, cujos preceitos nacionalistas e de justiça social seriam direcionados para um projeto desenvolvimentista. Apesar de o autor não citar, grande parte desse grupo já atuava – e muitos continuaram atuando – na FPN.

Como o objeto de nosso trabalho diz respeito à atuação dos nacionalistas-udenistas durante o governo JK, vale a pena pensar se a UDN passou por alguma mudança interna que tenha sido proposta por alguns desses deputados. Vale lembrar que o partido não era homogêneo ideologicamente, estando presentes nele teses liberais, autoritárias, progressistas e conservadoras (BENEVIDES, 1985); Dulci (1986) recomenda, inclusive, tratá-lo no plural. De qualquer maneira, em 1957, por iniciativa de Gabriel Passos (UDN/MG), algumas mudanças ocorreram na linha da UDN. Dentre estas, destacamos:

Defesa da Petrobras, porém com fiscalização de empresa privada; [...] defesa dos minerais atômicos, propriedades do Estado, porém com auxílio de empresa privada; levantamento de capitais para obras públicas e empresas de serviços públicos (BENEVIDES, 198, p. 106).

Apesar de pouco ofensivas ao capital privado, essas mudanças não conseguiram ser efetivas na prática, uma vez que contaram com grande resistência dos membros do Diretório Nacional do partido, sobretudo de Carlos Lacerda (UDN/DF) (BENEVIDES, 1976). De qualquer forma, vê-se que houve uma tentativa de se mexer nos aspectos programáticos da UDN, inclusive por esta ser dominada pelos chamados “realistas”, grupo que era conservador, mas que tolerava divergências e aceitava certas políticas reformistas (DULCI, 1986).

A análise do comportamento dos deputados que chamamos de nacionalistas-udenistas nos ajudará a entender o pensamento político desse pequeno – e importante – grupo. Seus históricos de militância, suas ligações com determinados governos regionais, suas ideologias originárias: tudo isso é necessário para se entender o que levou esses políticos a aderirem um grupo suprapartidário que divergia em questões cruciais de seu partido de origem. Assim, será importante marcar a atuação desses doze nomes durante os anos do governo JK, a fim de verificar empiricamente como se deu na prática a relação dos nacionalistas-udenistas com a FPN, com a UDN e com o próprio governo JK.

Os nacionalistas-udenistas

Antes de iniciarmos a análise da atuação do grupo que escolhemos, é importante mostrar, numericamente, qual a representatividade dentro do partido ao qual eram filiados, conforme se vê na tabela a seguir.

Tabela 1 – Nacionalistas-udenistas

ANO	Nº de Udenistas	Nº de nacionalistas-udenistas	%
1956	93	7	7,5
1957	100	7	7,0
1958	95	7	7,4
1959	121	10	8,3
1960	86	10	11,6

Fonte: elaboração própria

Devemos lembrar que o número total de udenistas inclui os suplentes, fazendo com que o número final seja maior do que aquele que foi eleito para determinada legislatura. Seja como for, chama a atenção o número reduzido de nacionalistas-udenistas ao longo do período: doze. Além disso, a porcentagem do grupo variou entre sete e 11,6%, o que também pode ser considerado um número baixo.

Porém, quando se olha para alguns dos nomes que faziam parte desse seleto grupo, percebe-se a sua relevância dentro dos quadros partidários, seja regional ou nacionalmente. Uma maneira de fazer isso é verificar as funções exercidas por parte desses deputados dentro da UDN e/ou no Congresso, o que apresentaremos a seguir.

Quadro 1 – Função na UDN

Deputados	Postos de comando
Adahil Barreto	Vice-líder da UDN
Ferro Costa	Subsecretário da direção nacional da UDN
Frota Aguiar	Vice-líder da UDN
Gabriel Passos	Líder da UDN
José Sarney	Presidente da UDN-MA
Seixas Dória	Vice-líder da UDN

Fonte: elaboração própria

Assim, vemos que metade dos nacionalistas-udenistas exerceu algum cargo de comando, seja na Câmara Federal ou no próprio partido. Desses deputados listados, quatro foram líderes ou vice-líderes, um foi presidente de uma seção regional do partido (José Sarney) e outro fez parte da direção nacional da UDN (Ferro Costa). Isso mostra que o grupo tinha uma importância estratégica, ocupando cargos que tinham o poder de reunir a bancada e indicar votos, o que mostra que eram pessoas de confiança dentro do partido, não sendo punidos por suas atuações paralelas no movimento nacionalista. Além disso, vale dizer que Seixas Dória foi o único udenista, durante o governo JK, a entrar na Comissão Executiva Nacional da FPN⁴,

⁴ Jornal “O Semanário”, ano II, n.57.

além de ter sido vice-líder da UDN na Câmara.

Outro dado importante na análise desse grupo é verificar se já havia um histórico de militância em algum órgão nacionalista. Ao fazermos isso, constatamos certa coerência em suas lutas em prol da autonomia brasileira, mostrando que já havia, na atuação precedente a seus mandatos, um forte DNA nacionalista.

Quadro 2 – Histórico de militância nacionalista

Deputados	Organizações nacionalistas
Adahil Barreto	Liga de Emancipação Nacional
Djalma Maranhão	Ex-militante do PCB e militante da ANL
Ferro Costa	Vice-presidente da UNE
Gabriel Passos	Fundador do MNB (MG) e LNB
Rafael Corrêa	Comissão Diretora do CEDPEN

Fonte: elaboração própria.

Vemos, a partir da tabela acima, que cinco nacionalistas-udenistas fizeram parte de algum movimento nacionalista antes de assumirem seus mandatos. Adahil Barreto, por exemplo, fez parte da Liga de Emancipação Nacional, que falamos na seção dois deste artigo, extinta no início do governo JK pela forte ligação com o comunismo. Outro deputado com raízes comunistas é Djalma Maranhão, que chegou a militar no PCB, além de ter sido participante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que comandou o que ficou conhecido como “Intentona Comunista” de 1935, um levante malsucedido em várias partes do país, que levaria à prisão milhares de comunistas e foi um dos estopins para o Estado Novo, em 1937.

Ferro Costa chegou a ser vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade da sociedade civil muito bem organizada e um dos principais pilares da esquerda durante décadas. Gabriel Passos, por sua vez, ajudou a criar movimentos nacionalistas em seu estado natal, como o Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB), além de ser fundador da Liga Nacionalista Brasileira (LNB). Rafael Corrêa, morto em 1958, no pleno exercício do mandato, fez parte da comissão diretora do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), órgão nacionalista que defendia o monopólio estatal do petróleo.

Ainda sobre o envolvimento desses deputados supracitados com outros movimentos nacionalistas, vale dizer que foi criado no Ceará, em 1957, um grupo chamado “Cruzada Adahil Barreto”, em homenagem “ao ativo parlamentar integrante do bloco nacionalista”⁵. Ele ainda seria aclamado “presidente de honra” da Frente Nacionalista do Ceará⁶. Djalma Maranhão, que havia sido prefeito de Natal, chegou a organizar um Centro Nacionalista, convidando inclusive membros da Frente Parlamentar Nacionalista, como Neiva Moreira (PSP-MA)⁷.

Quando falamos em atuação de parlamentares, uma das questões mais proeminentes na

⁵ Jornal “O Semanário”, ano II, n. 53.

⁶ Jornal “O Semanário”, ano II, n. 79.

⁷ Jornal “O Semanário”, ano II, n. 57.

literatura sobre o legislativo é analisar como eles votam. As votações no Legislativo podem ser de três tipos: simbólicas, nominais e escrutínio secreto, sendo esta muito rara. Sempre que um projeto é aprovado na Câmara em votação simbólica, um partido pode requerer verificação de quórum. Embora saiba que tal verificação pode ratificar o resultado da anterior, que foi simbólica, essa tática apresenta um alto custo para o governo, pois que se posterga a aprovação de um projeto. A UDN usou essa estratégia em 60,5% das votações (CARVALHO, 1981).

As votações nominais servem como um importante parâmetro para verificar o comportamento de deputados. Para os objetivos deste artigo, contribuem ainda para detectarmos suas aderências à FPN e à UDN. Elas permitem registrar o “comportamento individual de cada representante, permitindo, portando, a investigação da votação de cada partido político” (CARVALHO, 1977, p. 20).

Verificamos 38 votações nominais no período, selecionadas pelo seu teor nacionalista entre o período de 1956 e 1961. É importante salientar que poucos foram os deputados que participaram de todas essas votações, em razão de seus mandatos terem perpassado o período inteiro do governo JK: Adahil Barreto, Gabriel Passos, Seixas Dória e Saldanha Derzi. Fausto Oliveira e Frota Aguiar participaram de 32 votações; Rafael Corrêa, 25; Bagueira Leal, Passos Pôrto, Djalma Maranhão, Ferro Costa e José Sarney, apenas seis.

Em virtude de tal assimetria no número de votações em que cada um participou, não podemos afirmar um comportamento homogêneo dos nacionalistas-udenistas, mas verificamos certas inclinações, que serão expostas a seguir. Para melhores efeitos didáticos, separamos dois quadros: um com votações que tiveram indicação do líder e outro sem indicações. Isso foi necessário, pois, nossa hipótese inicial é de que em votações em que não houvesse indicação de líder, os nacionalistas-udenistas poderiam votar de maneira mais “livre”, de acordo com suas convicções ideológicas, já que não haveria o constrangimento de votar contra a orientação do partido.

Quadro 3 – Votações em que houve indicação do líder

Deputados	A favor do líder	Contra o líder	Abstenção	Total
Adahil Barreto Cavalcanti	10	1	6	17
Gabriel Passos	5	7	5	17
Seixas Dória	7	0	10	17
Saldanha Derzi	2	0	15	17
Fausto Oliveira	3	0	10	13
Frota Aguiar	9	2	2	13
Rafael Corrêa de Oliveira	3	1	8	12
Bagueira Leal	2	1	1	4
Passos Porto	2	1	1	4
Djalma Maranhão	2	0	2	4
Ferro Costa	3	0	1	4
José Sarney	3	0	1	4

Fonte: elaboração própria

A primeira grande constatação que fazemos a partir da quadro 3 é que a bancada nacionalista-udenista não era indisciplinada, a despeito do relativo grau de autonomia que os parlamentares udenistas tinham nos processos de votação (ZULINI, 2011). Uma exceção dentro da bancada foi a do deputado Gabriel Passos (UDN/MG), que, além de ter sido o menos faltoso, era também o mais indisciplinado.

O número de abstenções era muito alto, o que não era uma característica específica do grupo que analisamos, mas de todo o partido, que utilizava a estratégia oposicionista de obstrução como uma “tática ostensiva” (BENEVIDES 1981, p. 103). Consideramos que alguns dos deputados se abstiveram em algumas das votações para evitar o constrangimento de votar contra a orientação da bancada, mas essa é apenas uma hipótese de difícil comprovação. Carvalho (1977) lembra que em uma das vezes que o partido usou essa tática, em um projeto que se referia à alteração do Imposto de Renda, os partidos governistas acabaram aceitando a proposta da UDN, uma vez que esta obstruiu diversas vezes seguidas nessa votação.

Outro aspecto interessante que envolve o quadro 3 é que, ao menos uma vez, metade do bloco nacionalista-udenista contrariou o líder. Isso não indica indisciplinada, mas mostra que em algumas votações, os deputados decidiram por seguir a orientação da FPN.

Quadro 4 – Votações em que não houve indicação do líder

Deputados	Com a maioria	Contra a maioria	Abstenção	Total
Adahil Barreto Cavalcanti	8	5	8	21
Gabriel Passos	11	3	7	21
Seixas Dória	8	0	13	21
Saldanha Derzi	3	5	13	21
Fausto Oliveira	7	2	10	19
Frota Aguiar	9	5	5	19
Rafael Corrêa de Oliveira	2	2	9	13
Bagueira Leal	1	0	1	2
Passos Porto	1	0	1	2
Djalma Maranhão	0	0	2	2
Ferro Costa	0	0	2	2
José Sarney	1	0	1	2

Fonte: elaboração própria

Outra constatação, presente no quadro 4, retifica uma de nossas hipóteses. Mesmo sem a indicação do líder em determinadas votações nacionalistas, percebemos que o bloco nacionalista-udenista acompanhou o voto da maioria da bancada udenista. Os que mais vezes deixaram de seguir a maioria foram Adahil Barreto, Saldanha Derzi e Frota Aguiar – cada um cinco vezes.

Os únicos deputados que nunca contrariaram o líder nem votaram contra a maioria nas 38 votações analisadas foram Seixas Dória, Djalma Maranhão, Ferro Costa e José Sarney. Como veremos mais adiante, suas atuações nacionalistas se fizeram em outros meios do Legislativo, sobretudo nas proposições de leis.

No quadro 5 traçamos um pequeno balanço dos 38 projetos de lei cujas votações analisamos, para verificar o comportamento do grupo nacionalista-udenista. Para isso, dividimo-las em 15 temáticas.

Quadro 5 – Lista de votações

Temas	Nº de votações	Comportamento de nacionalistas-udenistas
Imposto de renda	9	Gabriel Passos contrariou o líder três vezes e Adahil Barreto, duas. Frota Aguiar e Saldanha Derzi contrariaram a maioria da bancada uma vez cada.
Reformas das tarifas das Alfandegas	8	Gabriel Passos contrariou o líder uma vez; Frota Aguiar, quatro. Gabriel Passos contrariou a bancada três vezes; Saldanha Derzi, três; Fausto Oliveira, duas e Rafael Corrêa, duas.
Isenção de impostos	3	Não houve contrariedades
Imposto sobre consumo	2	Não houve contrariedades
Imposto sobre combustíveis	2	Não houve contrariedades
Abertura de crédito especial	2	Frota Aguiar contrariou o líder uma vez. Adahil Barreto contrariou a bancada uma vez
COFAP	2	Adahil Barreto, Gabriel Passos e Passos Porto contrariaram o líder uma vez cada.
Impostos de selo	2	Todos se abstiveram
Benefícios aos aposentados	2	Não houve contrariedades
Obrigações do Tesouro Nacional	1	Todos se abstiveram
Legislação trabalhista no campo	1	Gabriel Passos contrariou o líder uma vez
Criação de usinas termoelétricas	1	Não houve contrariedades
Taxa de propaganda no exterior	1	Adahil Barreto e Saldanha Derzi contrariam a bancada uma vez cada
Desapropriação por interesse social	1	Frota Aguiar e Rafael Corrêa contrariaram o líder uma vez cada
SUDENE	1	Gabriel Passos e Bagueira Leal contrariaram o líder uma vez cada

Fonte: elaboração própria

É importante frisar que não é o nosso objetivo agora entrarmos em detalhe sobre o conteúdo das leis, uma vez que o que se pretende é focar o comportamento dos nacionalistas-udenistas em comparação com o partido. Há apenas indicações sobre os temas gerais aos quais se referem; a lista completa com a descrição das leis se encontra no anexo II.

A partir do quadro 5, percebemos que os nacionalistas-udenistas não contrariaram o líder em seis tipos de votação: isenção de impostos, impostos sobre consumo, impostos sobre combustíveis, benefícios aos aposentados, criação de usinas termoelétricas e taxa de propaganda no exterior (nesta, dois deputados foram contra a maioria do partido). Interessante ver que em três delas, o assunto se refere a taxas e impostos, tema bastante consensual na UDN durante quase toda a sua existência, no sentido de não criar nem elevar impostos.

O que sobressai de todas essas votações, como já dissemos, é que não houve um comportamento unificado dos nacionalistas-udenistas, isto é, os doze deputados não votavam

em bloco. Nas votações em que todos eles se abstiveram – aquelas referentes à temática dos impostos de selo e obrigações do Tesouro Nacional – o nível de abstenção da UDN também foi muito alto, o que mostra que, em geral, o bloco acompanhava o partido. Essa não era uma tendência apenas da UDN, uma vez que, naquele período, o nível de coesão interna de todos os partidos era muito alto (CARVALHO, 1981).

No entanto, apesar de não verificarmos nenhum comportamento à parte do bloco nacionalista-udenista no que tange às votações nominais, existe outro espaço que percebemos uma atuação mais focalizada na Frente Parlamentar à qual os deputados eram adeptos. Esse espaço se refere aos projetos de lei propostos por esses deputados, que, muitas vezes, encontraram eco dentro da FPN.

No conjunto de leis propostas por parlamentares do bloco que estamos analisando, encontramos 22 projetos que tinham alguma conotação nacionalista. É importante frisar, no entanto, que apresentar um Projeto de Lei (PL) de caráter nacionalista não indica, necessariamente, uma contrariedade à política udenista. Nosso intuito é mostrar que, uma vez fazendo parte da FPN, tais deputados se engajaram mais em defender iniciativas que eram relacionadas ao grupo do qual faziam parte, como se constata no quadro a seguir:

Quadro 6 – Projetos de lei dos nacionalistas-udenistas

Nomes	Nº de PLs	PLs de interesse da FPN	Teor dos PLs de interesse da FPN	Situação do PL
Adahil Barreto	17	1	- Criação de regime especial de desapropriação por utilidade pública para execução de obras no polígono das secas	Transformado em lei
Djalma Maranhão	24	2	- Autorização de abertura de crédito especial para aquisição de sementes e mudas selecionadas para os agricultores de tabuleiros - Autorização de crédito especial destinado a estudo e levantamento de minerais atômicos e metálicos, jazidas de mármore e areias monazitas no RN	Todos arquivados
Ferro Costa	7	2	- Suspensão da prescrição durante a vigência do contrato de trabalho - Criação de dificuldades para novos desmembramentos de terrenos alienados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital	Todos arquivados
Frota Aguiar	17	1	- Manutenção de igual valor para a viúva dos vencimentos do marido enquanto vivo.	Arquivado
Gabriel Passos	6	2	- Criação de Bancos Municipais - Estabelecimento de critérios para nomeação de presidentes e delegados dos Institutos de Previdência Social	Todos arquivados
José Sarney	5	3	- Proibição de empréstimos de entidades brasileiras de crédito público a empresas estrangeiras - Limitação de funcionamento de empresas de financiamento e investimento no mercado interno - Congelamento de remessas de lucros e dividendos das empresas de capitais estrangeiros	Todos arquivados

Continua

Nomes	Nº de PLs	PLs de interesse da FPN	Teor dos PLs de interesse da FPN	Situação do PL
Passos Pôrto	24	7	<ul style="list-style-type: none"> - Criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Japarutuba (SE) - Consigno de dotação para abertura de frentes de recolonização em SE - Autorização para o governo de SE de uma área para a campanha de fomento a cultura do coco - Autorização de crédito especial para aquisição de uma usina de industrialização do lixo - Criação do Serviço Nacional de Reforma Agrária - Autorização de crédito para modernização e recuperação da lavoura sergipana - Autorização para assistência técnica às empresas privadas concessionárias da exploração do petróleo boliviano 	Todos arquivados
Seixas Dória	10	4	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílio a estados subdesenvolvidos - Estabelecimento do monopólio estatal para distribuição e comércio da gasolina - Regulamentação de direitos de importação para navios de cabotagem e demais acessórios. - Autorização de crédito especial para auxiliar agricultores 	Todos arquivados

Fonte: elaboração própria

As leis selecionadas como sendo “de interesse da FPN” levaram em conta os dois documentos lidos em plenário no primeiro ano de funcionamento do grupo⁸, além de livros e jornais ligados à FPN, já citados anteriormente. Apesar de subjetivo e sujeito a controvérsias, acreditamos que nosso filtro sugere que essas leis tinham forte influência da FPN.

A partir do quadro 6 vemos que oito dos nacionalistas-udenistas propuseram leis com temática nacionalista. Do grupo, quem mais propôs foi Passos Pôrto, com 24, seguido por Seixas Dória, com quatro. De todos os 22 projetos de interesse da FPN pensados pelos parlamentares expostos no quadro 6, apenas o de Adahil Barreto se transformou em lei, o que mostra uma resistência do Congresso Nacional a grande parte das reivindicações nacionalistas, muitas das quais aumentariam os gastos do Governo, como as aberturas de créditos, por exemplo.

Apesar de Bagueira Leal, Rafael Corrêa e Saldanha Derzi, terem proposto PLs nesse período, consideramos que nenhum tenha sido de interesse da FPN. Fausto Oliveira, por sua vez, não propôs nenhum PL.

Em Passos Pôrto, o que mais pensou projetos de lei, percebemos uma grande preocupação com recursos para seu estado natal, Sergipe, mas sempre a partir de temáticas nacionalistas, como abertura de frentes de recolonização, fomento à cultura do coco e recuperação da lavoura sergipana.

Em relação ao projeto de lei que versava sobre a criação de brancos municipais,

⁸ Diário do Congresso Nacional, 06/06/1956 e 14/11/1956.

elaborado por Gabriel Passos, “O Semanário” teceu importantes críticas favoráveis a propostas. O jornal fazia questão de mostrar o porquê da necessidade de tal lei, lembrando, inclusive, que ela obrigaria bancos nacionais e estaduais a aplicarem 60% de seus depósitos nos locais em que estes fossem arrecadados e 100% no caso dos bancos estrangeiros⁹.

Alguns projetos de autoria de José Sarney também receberam elogios do jornal supracitado em algumas de suas edições. Sua iniciativa em pensar uma lei que limitasse investimentos internacionais no Brasil, por exemplo, foi alvo de uma série de reportagens que mostravam a importância da proposta, sobretudo por tentar evitar “a contínua descapitalização dos recursos que deveriam servir às iniciativas das sociedades nacionais”¹⁰

Outro dado interessante no conjunto dessas leis propostas relaciona-se àquelas que tinham como objetivo a questão rural. Neste sentido, apenas Frota Aguiar, Gabriel Passos e José Sarney não propuseram leis que se relacionassem com a questão agrária. Para Moreira (1998), a reforma agrária já era um assunto em evidência no governo JK.

Por fim, existe ainda outra questão pertinente que devemos refletir quando se pensa no comportamento legislativo de deputados. Esta diz respeito às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), que têm a responsabilidade de “investigar fato de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País”¹¹.

No caso dos deputados que estamos analisando, percebemos que, tal como na proposição de leis que acabamos de ver, as CPIs foram importantes espaços de aderência à FPN por parte dos nacionalistas-udenistas. Decidimos selecionar apenas os parlamentares que foram autores, relatores, presidentes ou vice-presidentes de CPIs criadas por membros da FPN, independentemente do partido.

Quadro 7 – Participação dos nacionalistas-udenistas nas CPIs

Nomes	Autor	Relator	Presidente	Vice-presidente
Adahil Barreto Cavalcanti	-	1	-	-
Ferro Gosta	-	-	-	1
Frota Aguiar	2	-	-	-
Gabriel Passos	1	1	-	1
Passos Porto	-	1	-	-
Seixas Dória	4	-	-	-

Fonte: elaboração própria

Após a seleção das CPIs criadas por deputados filiados à Frente Parlamentar Nacionalista em que houvesse alguma participação dos nacionalistas-udenistas em postos de comando, vemos que metade destes exerceram as funções de autor, relator, presidente ou vice-presidente. Decidimos focar apenas nesses postos importantes das CPIs, uma vez que têm poder de decisão, sendo fontes de interesse para grupos políticos.

⁹ Jornal “O Semanário”, ano I, n. 14.

¹⁰ Jornal “O Semanário”, ano IV, n. 163.

¹¹ Para mais informações, ver <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito> (último acesso: 28 nov. 2015).

Além disso, para nossa seleção, levamos em conta dois critérios: (1) teor nacionalista, no caso de o autor ser membro da FPN e não pertencente à UDN; (2) autoria de um nacionalista-udenista, independentemente de o teor ser ou não ser nacionalista. No primeiro caso, partimos da hipótese de que caso um nacionalista-udenista fosse relator, presidente ou vice, seu interesse pelo tema seria ideológico e pessoal, não necessariamente vinculado à UDN, mas à FPN. No segundo caso, o interesse pode ser ter sido partidário (UDN) ou aderente à FPN.

Para tanto, faz-se mister apresentar outro quadro, que complemente o anterior, com uma lista do teor das CPIs que analisamos.

Quadro 8 – Lista de CPIs em que houve participação de nacionalistas-udenistas

CPI	Ano	Autor	Nacionalistas-UDN	Situação
Investigação de denúncias de que deputados teriam sido advogados administrativos de contrabandistas estrangeiros	1956	Oswaldo Lima Filho (PSP-PE)	Relator: Adahil Barreto (UDN/CE)	Arquivada
Investigações no mercado de seguros	1956	Frota Aguiar (UDN/DF)	Autor: Frota Aguiar (UDN/DF)	Arquivada
Irregularidades na COFAP	1957	Frota Aguiar (UDN/DF)	Autor: Frota Aguiar (UDN/DF)	Sem conclusão
Investigações dos grupos Shell e Esso	1957	Sérgio Magalhães (PTB/DF)	Vice-presidente: Gabriel Passos (UDN/MG)	Relatório de irregularidades aprovado
Investigação do “Acordo de Assistência Militar” entre Brasil e EUA	1957	Seixas Dória (UDN/SE)	Autor: Seixas Dória (UDN/SE) Membro: Rafael Correia de Oliveira (UDN/PB)	Sem conclusão
Investigação das acusações do presidente do Conselho Nacional do Petróleo sobre administração da Petrobrás	1958	Seixas Dória (UDN/SE)	Autor: Seixas Dória (UDN/SE)	Arquivada
Apuração das acusações contra o DFSP	1959	Seixas Dória (UDN/SE)	Autor: Seixas Dória (UDN/SE) Membro: José Sarney (UDN/MA)	Sem conclusão
Apuração da extensão e intensidade da devastação dos recursos naturais	1959	Oswaldo Lima Filho (PTB/PE)	Relator: Passos Pôrto (UDN/SE)	Sem conclusão
Apuração de irregularidades no SESC e no SENAC do DF e de SP	1959	Breno da Silveira (PSB/DF)	Vice-presidente: Ferro Costa (UDN/PA)	Relatório de irregularidades aprovado
Estudo do problema do ferro e do manganês	1960	Gabriel Passos (UDN/MG)	Autor: Gabriel Passos (UDN/MG)	Relatório aprovado
Construção de Brasília	1960	Seixas Dória (UDN/SE)	Autor: Seixas Dória (UDN/SE)	Sem conclusão

Fonte: elaboração própria

Comparando os dois quadros acima, vemos que Seixas Dória, embora tenha criado quatro CPIs, não fê-las todas a partir do ideário nacionalista, pois duas delas tinham ligação com interesses do seu partido – construção de Brasília e acusações contra o Departamento Federal de

Segurança Pública (DFSP). Frota Aguiar criou duas CPIs, uma com teor nacionalista – investimento no mercado de seguros. Gabriel Passos, na única CPI que criou no período, também apresentou um pedido de investigação que versava sobre interesses da FPN – problema dos minerais ferro e manganês. Nenhum dos nacionalistas-udenistas foram presidentes de CPI, mas dois foram vices (Ferro Costa e Gabriel Passos) e três foram relatores (Adahil Barreto, Gabriel Passos e Passos Pôrto) de CPIs criadas por outros membros da FPN, Sérgio Magalhães, Osvaldo Lima Filho e Breno da Silveira, que não eram da UDN.

Das onze CPIs que analisamos, concluímos que apenas as que envolveram irregularidades no SESC e SENAC, Brasília e DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública – não têm ligação com a Frente Parlamentar Nacionalista. As outras oito eram de interesse da FPN, relacionando-se com a questão dos recursos minerais e naturais e principalmente investigações sobre relação do Estado e empresas brasileiras com grupos econômicos estrangeiros.

Vale ressaltar que alguns desses deputados não apenas ocuparam posições-chave nessas CPIs, como foram extremamente ativos na condução das mesmas. Na edição de 10 a 17 de outubro de 1957, o jornal “O Semanário” elogiou as reiteradas denúncias que Frota Aguiar fazia em torno do “truste do seguro”. Segundo as palavras do próprio jornal, o deputado, autor da CPI instaurada em 1956, “pegou pelos chifres o Truste do Seguro”¹².

Outra questão que chama a atenção é a baixa quantidade de relatórios aprovados que tiveram alguma eficiência. Das onze CPIs, apenas três tiveram alguma conclusão satisfatória, uma vez que as outras ou não tiveram conclusão ou foram simplesmente arquivadas, o que mostra, como já dissemos no caso dos projetos de lei, uma resistência do Congresso Nacional a temáticas nacionalistas.

Sabemos que a análise de votações nominais, propostas de leis e participação em CPIs não esgota todas as formas de atuação de um parlamentar no Legislativo. Os seus discursos e posicionamentos em plenário, suas declarações à imprensa e sua atuação extraparlamentar também ajudam a detectar determinado comportamento. Seja como for, fizemos uma tentativa inicial de situar um bloco de doze deputados udenistas em uma Frente Parlamentar com a maioria de seus membros filiados ao PTB (DELGADO, 1995), partido oposto ao qual esses deputados eram filiados. Muitas questões ainda precisam ser discutidas, mas mostramos que a questão ideológica assumia uma importância central para os deputados nacionalistas-udenistas no período estudado.

¹² Jornal O Semanário, ano II, n.79

Considerações finais

Empresários, operários e políticos filiados a diferentes partidos políticos, como o PTB, o PSD, o PCB e **a própria UDN**, comungavam uma convicção nacionalista-desenvolvimentista, na esperança de que a nação brasileira pudesse caminhar com suas próprias pernas em direção à industrialização efetiva de sua economia. (DELGADO, 1995, p. 67, grifo do autor).

Não há dúvidas das convicções ideológicas presentes na Frente Parlamentar Nacionalista, que reuniu uma série de pessoas com ideias diferentes, que convergiam em um dado aspecto. É interessante ver, na passagem acima, Lucília Delgado falar que “a própria UDN” comungava do nacional-desenvolvimentismo, na medida em que cerca de 10% de seus deputados faziam parte da FPN, o que, à primeira vista, poderia parecer contraditório. Porém, como tentamos demonstrar ao longo desse trabalho, havia uma questão ideológica muito forte para esses deputados, muitos dos quais haviam pertencido a outros grupos e movimentos nacionalistas.

Também pudemos mostrar que, apesar de doze deputados da UDN terem se integrado à FPN durante o governo JK, nem todos foram ativos. Pouco falamos de parlamentares como Bagueira Leal, Fausto Oliveira e Saldanha Derzi. Alguns foram mais participativos na proposição de leis; outros, em CPIs; outros, em movimentos nacionalistas paralelos. Mas, de alguma forma, excetuando os três deputados citados, os outros nove deram alguma contribuição efetiva para a propagação do nacionalismo, seja na esfera parlamentar ou fora desta. Como uma forma de coroação desse ativismo, alguns dos nacionalistas-udenistas chegaram a ser premiados por suas atuações¹³

Como também já dissemos aqui, o governo JK não foi escolhido ao acaso. Foi o momento em que um presidente resolveu adotar a lógica desenvolvimentista em uma dimensão que ainda não se tinha visto. O ambicioso Plano de Metas, que faria o país crescer “50 anos em 5” e que culminaria com a construção de uma capital, foi o auge de uma nova forma de desenvolvimento, que, apoiado em um tripé econômico (capital privado nacional, internacional e Estado), deixou espaço para a questão do nacionalismo se expressar através de várias frentes, da qual o ISEB é uma das mais evidentes.

A UDN, embora de oposição e praticando o obstrucionismo em grande parte das votações, não deixou de colaborar para o sucesso do projeto JK, muito por conta de seu “caráter multifacetado” (ZULINI, 2011, p. 42), abrigando várias UDNs. Poucos foram os momentos em que o partido votou em peso contra o Plano de Metas, por exemplo. Os nacionalistas-udenistas, foco do nosso trabalho, não deixaram de criticar o caráter internacionalizante de algumas medidas contidas no Plano de Metas, mas tal qual o grosso da Frente Parlamentar Nacionalista, apoiaram alguns projetos de caráter reformista e nacional, como a SUDENE.

¹³ Em 1957, Passos Pôrto, Seixas Dória, Frota Aguiar e Adahil Barreto estavam na lista dos melhores deputados daquele ano, realizada pelo Comitê de Imprensa e Rádio da Câmara (“O Semanário”, ano II n.89). No ano anterior, Dória já havia sido eleito um dos 20 deputados mais eficientes da Câmara (“O Semanário”, ano I, n.38).

Também fizemos questão de deixar claro que a FPN representava um tipo de projeto nacionalista. Não podemos nos deixar levar pela ideia de que só havia uma forma de se pensar o nacionalismo, que este representava algum bloco monolítico. O que apresentamos aqui foi um grupo suprapartidário, que, criado no bojo da discussão sobre desenvolvimentismo, apostava firmemente na doutrina nacionalista como a melhor forma de se fazer o país avançar, ideia que foi contemplada e seguida pelos doze parlamentares udenistas que decidiram aderir à FPN.

Referências

ABREU, Alzira Alves. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARIANI, Edison. Uma Intelligentsia nacional: grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. **Caderno CRH**, v. 18, n. 44, p. 249-258, maio/ago., 2005.

BARROS, Francisco Reinaldo de. Verbete: Frente Parlamentar Nacionalista. In: BELOCH, Isabel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

BENEVIDES, Maria Victória. **Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **A UDN e o udenismo: 1945-1965**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Verbetes: Frente Parlamentar Nacionalista. In: BELOCH, Isabel; ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL, Rafael do Nascimento Souza. **Um jornal que vale por um partido: O Semanário (1956-1964)**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p.5-24, jul./set. 2006.

CARVALHO, Maria Isabel Valladão. **A colaboração do legislativo para o desempenho do executivo durante o Governo JK**. 1977. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

_____. O comportamento partidário durante o Governo Juscelino Kubitschek. In: FLEISCHER, David (Org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27, p. 61-71, 1995.

_____. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

IVO, Anete B.L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CHR**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/ago. 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998.

PEREIRA, Osny Duarte. **Estudos nacionalistas**: considerações à margem do Brasil contemporâneo. São Paulo: Fulgor, 1960.

ZULINI, J. P. **Partidos, facções e comportamento parlamentar na democracia de 46**. 2011. 159 f. (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

Apêndice I – Deputados da UDN presentes na Frente Parlamentar Nacionalista

Nome	Mandato* (UDN e FPN)	Estado
Adahil Barreto Cavalcanti	1956-1961	CE
Bagueira Leal	1959-1962	ES
Djalma Maranhão	1959-1960	RN
Fausto Oliveira	1956-1958	BA
Ferro Gosta	1959-1961	PA
Frota Aguiar**	1956-1960	RJ
Gabriel Passos	1956-1961	MG
José Sarney	1959-1961	MA
Passos Porto	1959-1961	SE
Seixas Dória	1956-1961	SE
Rafael Correia de Oliveira	1956-1958	PB
Saldanha Derzi	1956-1961	MT

*Período em que militância do deputado na UDN e na FPN coincidiram, durante o governo JK.

**Eleito suplente em 1958, exercendo o mandato de forma descontínua até 1960.

Fonte: “O Semanário”, Osny Duarte Pereira e DHBB (CPDOC-FGV).

Apêndice II – Lista com a descrição das 38 leis votadas pelos nacionalistas-udenistas*

Temas	Descrição das leis	Data
Imposto de renda	. PL 3876: altera dispositivos da lei do imposto de renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros com relação ao capital social e as reservas e dá outras providências (requerimento de urgência).	14/08/56
	. PL 3876: altera dispositivos da lei do imposto de renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros com relação ao capital social e as reservas e dá outras providências.	14/08/56
	. PL 3876: altera dispositivos da lei do imposto de renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros com relação ao capital social e as reservas e dá outras providências.	15/08/56
	. PL 3876: altera dispositivos da lei do imposto de renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros com relação ao capital social e as reservas e dá outras providências.	15/08/56
	. PL 989: altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	15/11/58
	. PL 989 B: altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	21/11/58
	. PL 989 B: altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	22/11/58
	. PL 989 B: altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	23/11/58
	. PL 989 B: altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	23/11/58

Continua

Temas	Descrição das leis	Data
Reformas das tarifas das Alfandegas	. PL 883 B: dispõe sobre a reforma da tarifa das Alfandegas e dá outras providências.	12/07/57
	. PL 883 C: dispõe sobre a reforma da tarifa das Alfandegas e dá outras providências.	13/07/57
	. PL 883 C: dispõe sobre a reforma da tarifa das Alfandegas e das outras providências.	13/07/57
	. PL 883 F: dispõe sobre a reforma da tarifa das Alfandegas e das outras providências	10/08/57
	. PL 883 F: dispõe sobre a reforma da tarifa das Alfandegas e das outras providências	10/08/57
	. PL 883 F: dispõe sobre a reforma da tarifa das Alfandegas e das outras providências	10/08/57
	. PL 883 F: dispõe sobre a reforma da tarifa das Alfandegas e das outras providências	10/08/57
Isenção de impostos	. PL 404 D: concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e impostos de consumo e materiais destinados às usinas siderúrgicas e hidroelétricas da companhia aços especiais, no Estado de Minas Gerais.	31/08/56
	. PL 4608: isenta do imposto de importação e de consumo material importado pelas indústrias químicas de Resende S.A.	04/12/59
	. PL 4608 A: isenta do imposto de importação e de consumo material importado pelas indústrias químicas de Resende S.A	12/12/59
Imposto sobre consumo	. PL 1346 B: altera dispositivo do decreto 26149 de 5/1/1949 (Legislação do imposto de consumo).	13/11/56
	. PL 1346 B: altera dispositivo do decreto 26149 de 5/1/1949 (Legislação do imposto de consumo).	15/11/56
Imposto sobre combustíveis	. PL 1741: altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos e das outras providências.	20/11/56
	. PL 1741: altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos e das outras providências.	24/11/56
Abertura de crédito especial	. PL 532 A: autoriza o poder o poder executivo a abrir, pelo ministério do trabalho, indústria e comércio o crédito especial de crz 240.000.000,00, em favor do instituto de previdência e assistência dos servidores do Estado, para ser levado a crédito do fundo especial de assistência.	18/08/56
	. PL 2304: autoriza o poder executivo a abrir, pelo ministério da viação e obras públicas, o crédito especial de crz 4.450.000.000,00 destinado ao financiamento da execução do programa de obras rodoviárias.	09/12/60
COFAP	. PL 288: prorroga até 30/06/61, o prazo a que se refere o artigo primeiro, da lei 3415, de 30/06/58, que versa sobre a Comissão Federal de Abastecimento e Preços.	17/06/59
	. PL 288: prorroga até 30/06/61, o prazo a que se refere o artigo primeiro, da lei 3415, de 30/06/58, que versa sobre a Comissão Federal de Abastecimento e Preços.	18/06/59
Impostos de selo	. PL 4662: modifica a consolidação das leis do imposto de selo, baixada com o decreto 32392 de 09/03/53 e dá outras providências.	19/12/58
	. PL 4662: modifica a consolidação das leis do imposto de selo, baixada com o decreto 32392 de 09/03/53 e dá outras providências.	20/12/58

Continua

Temas	Descrição das leis	Data
Benefícios aos aposentados	. PL 3939 A: estende aos assegurados de todos os institutos de previdência social os benefícios do artigo terceiro e respectivos parágrafos, da lei 3322, de 26/11/57.	08/05/58
	. PL 3939 A: estende aos assegurados de todos os institutos de previdência social os benefícios do artigo terceiro e respectivos parágrafos, da lei 3322, de 26/11/57.	09/05/58
Obrigações do Tesouro Nacional	. PL 2158 Emenda 2: dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tes. Nacional e das outras providências	06/12/57
Legislação trabalhista no campo	. PL 4264 A: estende o regime jurídico da consolidação das leis do trabalho e de sua legislação complementar aos trabalhadores rurais e manda-lhes aplicar, nos casos em que dispõe, a legislação de previdência social.	04/08/56
Criação de usinas termoelétricas	. PL 1975: dispõe sobre a constituição da usina termoelétrica de Tiquira S.A. (UTELFA), em Criciúma, Estado do Paraná.	28/05/57
Taxa de propaganda no exterior	. PL 117 B: cria uma taxa especial de propaganda no exterior.	02/03/57
Desapropriação por interesse social	. PL 3406: define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua efetivação.	08/08/57
SUDENE	. PL 32: institui a superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e das outras providências.	08/12/59

*Analisamos vários projetos de leis que foram votados mais de uma vez, a partir de diferentes emendas.

Fonte: elaboração própria

Artigo recebido em: 17/12/2015

Artigo aceito para publicação em: 25/04/2016